Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007



MENSAGEM DA DIRETORIA – JUNHO/2008

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2008.

Instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o BRDE atua na Região Sul do Brasil com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, apoiando as iniciativas governamentais e empresariais, por meio do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de médio e de longo prazo.

Cenário Econômico

Se o primeiro semestre de 2008 foi, por um lado, rico em dados favoráveis, por outro, trouxe preocupações quanto às possibilidades para a economia nacional no médio prazo. Entre os primeiros, destaque para a ansiosamente aguardada elevação do risco soberano do País para o grau de investimento, alguns meses após o Brasil tornar-se, pela primeira vez, credor externo líquido (o que significa que os ativos brasileiros aplicados no exterior, formados principalmente pelas reservas internacionais, superaram a dívida externa total). Com a nova nota, concedida por duas das três principais agências internacionais de classificação de risco, é esperada uma elevação no ingresso de recursos estrangeiros, com impacto relevante sobre o custo do capital para as empresas sediadas no País.

Nos doze meses encerrados em março, o Produto Interno Bruto aumentou 5,8%, maior taxa observada, nessa base de comparação, nos doze anos da série histórica do IBGE. Destaque para a indústria, cujo crescimento de 5,7% teve o forte desempenho da construção civil (com incremento de 6,5%) como propulsor. Outros indicadores, como o volume de vendas no varejo, com aumento de 10,9% no acumulado até maio, e a produção física industrial, com incremento de 6,2% no mesmo período, confirmam a manutenção de um ritmo de crescimento elevado no primeiro semestre de 2008.

Todavia, a aceleração dos índices de inflação, decorrente não apenas da escalada dos preços das *commodities* no mercado internacional, mas, também, do aquecimento da demanda interna propiciado pelos aumentos nos níveis de renda, emprego e crédito, fez com que o Banco Central iniciasse um novo ciclo de aperto monetário, no intuito de conduzir o IPCA, cuja alta acumulada nos doze meses encerrados em junho superou os 6%, de volta ao centro da meta oficial, de 4,5% ao ano. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o semestre em 12,25% ao ano, com as projeções do mercado financeiro apontando para uma taxa ao redor de 14,25% ao final de 2008.

Outro foco de preocupação tem sido a rápida deterioração do saldo em transações correntes, que passou de um superávit de US\$ 2,4 bilhões, no primeiro semestre de 2007, para um déficit de US\$ 17,4 bilhões, no mesmo período do ano corrente. Nem



mesmo a contínua valorização de diversas *commodities* que compõem a pauta de exportações do País foi suficiente para contrabalançar os efeitos do forte incremento nas importações e nas remessas de lucros e dividendos. A despeito desse quadro, o real continuou a valorizar-se perante o dólar norte-americano, em decorrência do expressivo ingresso de capitais externos sob a forma de investimento direto e para a aquisição de títulos públicos.

Tal como ocorrido em 2007, as exportações da Região Sul, que somaram US\$ 20 bilhões, apresentaram um desempenho superior às do País como um todo, com crescimento de 29,4% em relação ao apurado no mesmo período do ano anterior, enquanto que, na média nacional, o aumento foi de 23,8%. Os embarques paranaenses cresceram 35,0%; os gaúchos, 29,0%; e os catarinenses, 20,9%. Esse bom desempenho no comércio exterior foi bastante influenciado pela safra recorde de grãos, cuja produção deverá superar os 60 milhões de toneladas na Região. No que tange à produção física industrial, os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul apresentaram evolução positiva nos cinco primeiros meses do ano (altas de 2% e 4%, respectivamente), apesar de inferior à média nacional, enquanto o Paraná apresentou crescimento bastante superior ao do País, de 11%. Entre os gêneros industriais existentes na Região, aqueles que apresentaram melhor desempenho no período foram os de veículos automotores, máquinas e equipamentos e papel e celulose.

Atuação do BRDE

Em sua atuação no primeiro semestre, o BRDE já atingiu sua meta de contratações estipulada para todo o ano de 2008, ao contratar R\$ 1.051,2 milhões em operações de crédito, o que representa um crescimento de 88,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os maiores destaques nessa expansão ficam por conta do setor de comércio e serviços, que cresceu 182,8%, e da indústria, que apresentou elevação de 129,9%, ambos em relação ao primeiro semestre de 2007. Os recursos liberados totalizaram R\$ 632,4 milhões, indicando uma elevação de 5,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

DESTAQUES OPERACIONAIS

		Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	№ OPERAÇÕES	VALOR
OPERAÇÕES APROVADAS	2.375	1.222.584
OPERAÇÕES CONTRATADAS	3.081	1.051.223
Agropecuária	2.836	305.041
Indústria	124	478.202
Infra-Estrutura	27	84.279
 Comércio e Serviços 	94	183.701
RECURSOS LIBERADOS	-	632.418



Entre os 76 agentes credenciados que operaram com recursos do Sistema BNDES até maio, o BRDE ocupou a 11ª colocação, em termos de desembolsos totais. Especificamente na Região Sul, o Banco continua sendo o 3º principal repassador de recursos, sendo responsável por 10,8% dos desembolsos indiretos.

As operações contratadas pelo BRDE viabilizaram investimentos totais da ordem de R\$ 2.195,7 milhões na Região Sul, cujos impactos socioeconômicos em termos de empregos gerados e acréscimos de receita de ICMS esperados são resumidos a seguir:

INDICADOR	VALOR
Investimento Total Viabilizado	R\$ 2.195,7 milhões
Postos de Trabalho Mantidos e/ou Gerados	30.260
Receita Adicional de ICMS para os Estados da Região	R\$ 159,3 milhões/ano

Continuando sua política de preservar o emprego e a geração de renda, o BRDE firmou contratos de reestruturação de dívidas da ordem de R\$ 52,8 milhões, permitindo, com isso, a manutenção do funcionamento de várias empresas com baixo grau de liquidez no curto prazo, mas avaliadas como viáveis no médio e longo prazo. Vale destacar, também, que nos primeiros meses de 2008 foi efetivada a prorrogação da dívida agrícola referente a vencimentos do ano anterior, o que beneficiou 1.772 produtores rurais, envolvendo um saldo de R\$ 28,2 milhões. Ainda no primeiro semestre, a publicação de novos dispositivos de reestruturação de dívidas do crédito rural beneficiou 14.075 mutuários, com a prorrogação, para o segundo semestre, do pagamento de aproximadamente R\$ 43,1 milhões.

No que tange ao seu desempenho financeiro, o BRDE apurou um lucro líquido de R\$ 49,9 milhões no primeiro semestre, indicando uma rentabilidade (anualizada) sobre o patrimônio líquido médio de 10,7%. O ativo total atingiu ao final de junho o valor de R\$ 5.470,1 milhões, dos quais R\$ 3.905,7 milhões aludem a operações de crédito (líquidas de provisões) e R\$ 1.302,7 milhões são referentes a disponibilidades e títulos e valores mobiliários. Por seu turno, as obrigações perfizeram R\$ 4.493,7 milhões e o patrimônio líquido fechou o semestre no montante de R\$ 976,2 milhões. Em consonância com informações contábeis referentes a março, o BRDE é o 32º maior banco brasileiro, considerando-se o patrimônio líquido como critério de avaliação.



DESTAQUES FINANCEIROS

Discriminação	R\$ mil
Ativo Total	5.470.080
Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	1.302.740
Operações de Crédito (líquidas de provisões)	3.905.666
Outros Créditos	241.570
Ativo Permanente	20.104
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.279.248
Outras Obrigações	214.451
Resultados de Exercícios Futuros	142
Patrimônio Líquido	976.239
Resultado Operacional	52.285
Resultado do Período	49.914
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido Médio (% a. a.)	10,7

No primeiro semestre de 2008, o Banco ultrapassou a marca dos R\$ 4 bilhões de saldo em sua carteira de operações de crédito. Ao final de junho, esse saldo era de R\$ 4.078,0 milhões, dos quais 33,5% aplicados na agropecuária (incluindo as cooperativas de produtores rurais), 32,4% na indústria, 16,7% em projetos de infraestrutura e 17,4% no setor de comércio e serviços.

A composição da carteira do BRDE, em relação ao seu nível de risco, apresenta-se mais favorável que a média do Sistema Financeiro Nacional. O Banco possui 30,2% de suas operações classificadas como "AA", o que representa o menor nível de risco, ao passo que no SFN tal classificação abrange 24,9% das operações. A soma das operações "AA" e "A", que representam os menores patamares de risco, perfaz 82,2% da carteira do BRDE, enquanto esse total é de 65,1% no SFN. Já as operações de maior risco, "H", abarcam 1,4% da carteira do Banco, metade dos 2,8% da média do SFN.

Ao final do semestre, o BRDE possuía 39.590 clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estão localizados em 1.032 municípios, ou 86,9% dos municípios da Região Sul. A carteira de financiamentos do Banco é composta por 45.164 operações ativas de crédito de médio e longo prazo, com saldo médio de R\$ 92,7 mil, o que atesta a vocação da Instituição para o atendimento às micro, pequenas e médias empresas e aos mini e pequenos produtores rurais.

Com vistas ao atendimento da Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes dos ativos de instituições financeiras, informa-se que para o montante de R\$ 0,4 milhão, classificado como "títulos mantidos até o vencimento", o BRDE tem intenção e capacidade financeira para mantê-lo até o vencimento final.

O BRDE, atendendo às disposições da Resolução CMN nº 3.380/2006, da Resolução CMN nº 3.464/2007, e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos para implementação da nova estrutura de capital – Basiléia II. Ao Conselho de Administração compete a aprovação e revisão anual das políticas





de Risco Operacional e de Risco de Mercado, bem como a apreciação e manifestação sobre os relatórios submetidos pela Diretoria. A Diretoria é assessorada pelo Comitê de Gestão que aprecia e encaminha os assuntos a partir de proposta da Coordenadoria de Controles Internos e Gestão de Riscos. As atividades de gerenciamento de riscos são realizadas em conjunto com os gestores das unidades, os quais atuam como agentes da gestão de riscos. Neste semestre, foi adotada a Abordagem do Indicador Básico, prevista na Circular BACEN nº 3.383/2008, para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, bem como foram adotadas as medidas para a implementação da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado.

O BRDE tem instalado, desde 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria junto ao Gabinete da Diretoria, em conformidade com a Resolução BACEN nº 3.477/2007, que determina sua estruturação de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas de cada instituição financeira. A atividade da Ouvidoria visa assegurar a rigorosa observância das normas legais e regulamentares atuando como canal direto de comunicação entre os cidadãos e a Instituição, em especial seus clientes, dando tratamento a reclamações, denúncias e sugestões que porventura não sejam solucionadas pelos canais habituais de atendimento do Banco.

Quanto às perspectivas para o restante do ano, prevê-se que o BRDE manterá os resultados positivos que vêm obtendo, não apenas com relação aos aspectos financeiros, mas, sobretudo, aos operacionais, proporcionando os desejáveis impactos socioeconômicos na economia da Região Sul.

A Diretoria do BRDE aproveita a oportunidade para registrar seu propósito de, por meio da permanente integração com as políticas de desenvolvimento que vêm sendo implementadas pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como pelo CODESUL, intensificar e qualificar a ação de fomento desenvolvida pela Instituição.

A Administração agradece a confiança recebida dos Governos dos Estados controladores e reafirma seu reconhecimento aos funcionários pela colaboração recebida, aos parceiros repassadores de recursos, particularmente ao BNDES, pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento da Região Sul, e aos clientes, pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE.

Porto Alegre, 30 de junho de 2008.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE	2.005.754	1.605.706
Disponibilidades	455	238
Títulos e valores mobiliários (Notas 3 (b) e 4)	1.179.649	912.236
Carteira própria	1.179.649	912.236
Operações de crédito (Nota 5)	742.370	635.979
Operações de crédito	796.947	669.397
Setor público	9.510	3.475
Setor privado	787.437	665.922
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 3 (d))	(54.577)	(33.418)
Outros créditos	`81.865 [´]	`55.214 [´]
Rendas a receber	4	93
Diversos (Nota 6)	82.742	55.591
Provisão para perdas com outros créditos	(881)	(470)
Outros valores e bens	1.415	2.039
Outros valores e bens	7.007	5.749
Provisão para desvalorização	(5.592)	(3.710)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.444.222	3.022.546
Títulos e valores mobiliários (Notas 3 (b) e 4)	122.636	93.566
Carteira própria	26.559	27.378
Vinculados à prestação de garantias (Nota 13 (b))	96.077	66.188
Operações de crédito (Nota 5)	3.163.296	2.779.409
Operações de crédito	3.281.078	2.904.539
Setor público	27.961	16.763
Setor privado	3.253.117	2.887.776
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 3 (d))	(117.782)	(125.130)
Outros créditos	158.290	149.571
Créditos específicos (Nota 13 (d))	27.084	23.386
Diversos (Nota 6)	131.795	126.501
Provisão para perdas com outros créditos Outros valores e bens	(589)	(316)
Investimentos temporários	311	311
Provisão para perdas de investimentos temporários	(311)	(311)
PERMANENTE	20.104	20.306
Investimentos - outros	293	189
Imobilizado de uso (Nota 3 (e))	18.686	19.207
Imóveis de uso	14.305	13.162
Outras imobilizações de uso	15.139	15.325
Depreciação acumulada	(10.758)	(9.280)
Imobilizado de arrendamento		
Bens arrendados	13.050	13.050
Depreciação acumulada	(13.050)	(13.050)
Diferido	1.125	910
Gastos de organização e expansão	1.539	2.022
Amortização acumulada	(414)	(1.112)
TOTAL DO ATIVO	5.470.080	4.648.558
		(continua)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	2007
CIRCULANTE	1.115.115	797.718
Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais (Nota 7)	1.035.895	735.430
Tesouro Nacional	24.476	30.592
BNDES	803.152	554.845
FINAME	202.617	145.559
Outras instituições	5.650	4.434
Outras obrigações	79.220	62.288
Fiscais e previdenciárias	35.307	29.338
Diversas (Nota 8)	43.913	32.950
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.378.584	2.964.044
Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais (Nota 7)	3.243.353	2.832.628
Tesouro Nacional	138.196	157.854
BNDES	2.737.011	2.290.809
FINAME	366.355	380.908
Outras instituições	1.791	3.057
Outras obrigações	135.231	131.416
Fiscais e previdenciárias	4.984	4.160
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.542	2.279
Diversas (Nota 8)	127.705	124.977
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	142	129
Resultados de Exercícios Futuros	142	129
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	976.239	886.667
Capital social (Nota 10)	85.303	85.303
Reserva de capital	709	709
Ajuste ao valor de mercado - TVM e instrumentos		
financeiros derivativos (Notas 3 (b) e 4 (b))	8.178	9.303
Lucros acumulados	882.049	791.352
TOTAL DO PASSIVO	5.470.080	4.648.558

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Operações de crédito	<u>292.462</u> 230.056	245.203 186.970
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	62.406	58.233
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(182.310)	(127.871)
Operações de empréstimos e repasses	(148.572)	(116.590)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.738)	(11.281)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	110.152	117.332
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(57.867)	(57.297)
Receitas de prestação de serviços	3.458	3.566
Despesas de pessoal	(39.856)	(42.062)
Outras despesas administrativas	(14.085)	(11.547)
Despesas tributárias	(6.975)	(5.952)
Outras receitas operacionais (Nota 13 (e))	3.631	2.167
Outras despesas operacionais	(4.040)	(3.469)
RESULTADO OPERACIONAL	52.285	60.035
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	743	424
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	53.028	60.459
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11)	(3.114)	(18.100)
Provisão para imposto de renda	(19.103)	(16.663)
Provisão para contribuição social	(8.903)	(6.010)
Ativo fiscal diferido	24.892	4.573
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	49.914	42.359

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital Incentivos fiscais	Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2007	85.303	709	(142)	748.993	834.863
Ajuste ao valor de mercado - TVM Lucro líquido do semestre			9.445	42.359	9.445 42.359
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007	85.303	709	9.303	791.352	886.667
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2008	85.303	709	12.298	832.135	930.445
Ajuste ao valor de mercado - TVM Lucro líquido do semestre			(4.120)	49.914	(4.120) 49.914
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008	85.303	709	8.178	882.049	976.239

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007
ORIGENS DOS RECURSOS	482.834	421.721
Lucro líquido ajustado	46.827	52.877
Lucro líquido do semestre	49.914	42.359
Depreciação e amortização	948	1.071
Perdas de capital	85	2
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(4.120)	9.445
Variação nos resultados de exercícios futuros	(8)	129
Recursos de terceiros originários de:	436.015	368.715
Aumento dos subgrupos do passivo	435.605	364.081
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais	435.605	364.081
Redução dos subgrupos do ativo	406	4.624
Títulos e valores mobiliários		4.624
Outros valores e bens	406	
Alienação de bens e investimentos	4	10
Imobilizado de uso	4	10
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	482.474	421.686
Inversões em:	1.302	780
Imobilizado de uso	1.302	780
Aplicações no diferido	419	74
Aumento dos subgrupos do ativo	444.082	391.898
Títulos e valores mobiliários	110.824	
Operações de crédito	298.353	377.029
Outros créditos	34.905	14.506
Outros valores e bens		363
Redução dos subgrupos do passivo	36.671	28.934
Outras obrigações	36.671	28.934
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	360	35
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Disponibilidades no início do semestre	95	203
Disponibilidades no fim do semestre	455	238
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	360	35

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma autarquia constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação se realiza através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região. Os recursos repassados pelo BRDE são obtidos principalmente de órgãos do Governo Federal, além de recursos próprios.

2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária brasileira anterior à aplicação da Lei nº 11.638/07 e com observância das normas do Banco Central do Brasil – BACEN.

3 Principais práticas contábeis

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre; títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata dia" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(d) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nas normas do BACEN e complementada por provisões adicionais, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 30 de junho de 2008, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao valor que seria exigido considerando tão somente os requisitos mínimos da Resolução nº 2.682/99 (Nota 5 (c)) mas considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos encontra-se na Nota 5 (e).

(e) Ativo Permanente - Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Instalações, Móveis, Equipamentos e Sistemas de comunicação e seguranca - 10% e Sistemas de processamento de dados e Veículos - 20%.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata dia" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(g) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 6 (a) está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2008. No semestre, o BRDE ajustou seus créditos e obrigações tributárias à nova alíquota da Contribuição Social para as instituições financeiras, vigente a partir de maio de 2008.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(h) Provisão para contingências

O Banco reconhece provisão para contingências com processos cuja perda, avaliada por seus assessores legais, é provável. Esse reconhecimento ocorre através da utilização de modelos e critérios que permitam uma melhor estimativa de desfecho possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor.

4 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição de títulos e valores mobiliários

	2008	2007
Cotas de Fundos de Investimento (i) Ações de companhias abertas Outros	1.275.369 26.559 357	978.070 27.025 707
Total	1.302.285	1.005.802
Realizável a longo prazo	122.636	93.566
Ativo circulante	1.179.649	912.236

⁽i) Cotas em Fundo Exclusivo de Investimento Financeiro, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em conjunto com o próprio BRDE, integralmente lastreadas em títulos públicos federais, avaliados a valor de mercado. A meta de rentabilidade do fundo é 100% da taxa média SELIC.

(b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com a sua classificação

(b.1) Títulos disponíveis para venda

O custo de aquisição e o valor de mercado em 30 de junho, eram os seguintes:

	Valor de custo	Valor de mercado
Cotas de Fundos de Investimento Ações de companhias abertas	1.275.369 12.930	1.275.369 26.559
Em 30 de junho de 2008	1.288.299	1.301.928
Em 30 de junho de 2007	991.000	1.005.095

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de custo das cotas do Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

Os títulos disponíveis para venda não têm vencimento e foram classificados no ativo circulante no montante de R\$ 1.179.292 (2007 - R\$ 911.882) e no realizável a longo prazo R\$ 122.636 (2007 - R\$ 93.213). O valor classificado no realizável a longo prazo corresponde a cotas vinculadas a garantias prestadas e ações de companhias abertas.

(b.2) Títulos mantidos até o vencimento

Representados exclusivamente por Títulos Públicos Federais e têm a manifesta intenção da administração do Banco no sentido de mantê-los em carteira até os seus vencimentos finais. O custo de aquisição (acrescido dos rendimentos auferidos) em 30 de junho era o seguinte:

	Custo <u>atualizado</u>	Valor de <u>mercado</u>
A vencer em até 1 ano	357	357
Em 30 de junho de 2008	357	357
Em 30 de junho de 2007	707	707

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela ANDIMA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

5 Carteira de créditos (operações de crédito e devedores por compra de valores e bens)

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2008	2007
Empréstimos e títulos descontados	2.983	10.826
Financiamentos	1.905.388	1.712.937
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.169.654	1.850.173
RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Securitização – Alongamento de Dívidas de Crédito Rural (Lei 9.138/95) Outros financiamentos rurais e agroindustriais	148.916 307.711 225.769 18.894 1.468.364	174.444 271.270 193.408 19.838 1.191.213
Total de operações de crédito	4.078.025	3.573.936
Outros créditos - Diversos (Nota 6)	5.524	5.561
Total da carteira de créditos	4.083.549	3.579.497
Provisão para carteira de crédito	(173.829)	(159.334)
Operações de crédito Outros créditos - Diversos	(172.359) (1.470)	(158.548) (786)
Total da carteira de créditos líquida de provisões	3.909.720	3.420.163
Realizável a longo prazo	3.166.498	2.783.063
Ativo circulante	743.222	637.100

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes de diversos órgãos governamentais, conforme mencionado na Nota 7, além de recursos próprios do BRDE.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(b) Concentração do total da carteira de créditos por setor de atividade

	2008	2007
Agropecuária	1.365.503	1.196.492
Indústria	1.321.167	1.053.912
Produtos alimentícios e bebidas Minerais não metálicos	644.241 44.219	476.632 40.734
Metalúrgica/mecânica	122.435	127.877
Química	69.490	59.615
Materiais plásticos	48.995	37.889
Papel e papelão	47.343	37.867
Têxtil, vestuário e calçados	73.721	30.529
Madeira	94.277	80.582
Mobiliária	48.166	28.425
Material de transporte	31.548	38.158
Material elétrico e comunicação	28.182	28.193
Extrativa e mineral	7.255	6.758
Borracha	33.484	37.451
Couros e peles	5.674	3.327
Outras	22.137	19.875
Infra-estrutura	682.311	664.322
Eletricidade, gás e água	364.518	364.806
Construção civil	62.522	46.005
Transporte e armazenagem	255.271	253.511
Comércio e Serviços	709.044	659.210
Comércio	455.748	431.840
Serviços	253.296	227.370
Total de operações de crédito	4.078.025	3.573.936
Outros Créditos - Diversos (Nota 6)	5.524	5.561
	4.083.549	3.579.497

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(c) Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

						Provi	são da carteira	de créditos
		Carteira			2008			2007
	2008	2007	Resolução 2682/99	Provisão adicional	Total	Resolução 2682/99	Provisão adicional	Total
AA	1.234.054	1.262.196						
Α	2.124.427	1.705.483	10.622	4.995	15.617	8.527	4.905	13.432
В	316.886	232.737	3.169	2.153	5.322	2.327	2.139	4.466
С	196.671	192.502	5.900	6.528	12.428	5.775	5.691	11.466
D	29.889	31.145	2.989	1.515	4.504	3.115	1.635	4.750
E	26.396	10.832	7.919	2.637	10.556	3.250	1.072	4.322
F	81.552	59.827	40.776	11.894	52.670	29.914	8.348	38.262
G	16.975	41.798	11.882	4.151	16.033	29.258	10.401	39.659
Н	56.699	42.977	56.699		56.699	42.977		42.977
Total da carteira								
de créditos	4.083.549	3.579.497	139.956	33.873	173.829	125.143	34.191	159.334

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido com base na Resolução BACEN nº 2.682/99, e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão do ciclo econômico de setores em que o Banco opera, quantificada em função do comportamento histórico da carteira de créditos do Banco em situação de crise econômica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(d)

Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações Operações vencidas (d.1)

(a .1)	Operações vencidas								2008	2007
							Parce	elas a vencer		
		Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
	Empréstimos e títulos descontados	6	4	3	3	9	19		44	617
	Setor privado	6	4	3	3	9	19		44	617
	Financiamentos	22.411	1.600	2.409	1.644	5.122	10.947	59.883	104.016	106.681
	Setor privado	22.411	1.600	2.409	1.644	5.122	10.947	59.883	104.016	106.681
	Financiamentos rurais e agroindustriais	11.425	517	605	487	1.408	3.397	39.316	57.155	166.461
	Outros Créditos - Diversos	704	39	30	30	90	174	1.086	2.153	2.360
		34.546	2.160	3.047	2.164	6.629	14.537	100.285	163.368	276.119
(d.2)	Operações vincendas									
	Empréstimos e títulos descontados		161	118	101	353	1.005	1.201	2.939	10.209
	Setor privado		161	118	101	353	1.005	1.201	2.939	10.209
	Financiamentos		45.859	29.197	28.948	81.776	174.270	1.441.322	1.801.372	1.606.256
	Setor público Setor privado		928 44.931	761 28.436	761 28.187	2.314 79.462	4.746 169.524	27.961 1.413.361	37.471 1.763.901	20.238 1.586.018
	Financiamentos rurais e agroindustriais		45.295	22.190	21.251	132.701	151.706	1.739.356	2.112.499	1.683.712
	Outros Créditos - Diversos		75	54	54	161	322	2.705	3.371	3.201
	=		91.390	51.559	50.354	214.991	327.303	3.184.584	3.920.181	3.303.378

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(d.3) Total geral

_								2008	2007
	_					Parc	elas a vencer		
_	Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	6	165	121	104	362	1.024	1.201	2.983	10.826
Setor privado	6	165	121	104	362	1.024	1.201	2.983	10.826
Financiamentos	22.411	47.459	31.606	30.592	86.898	185.217	1.501.205	1.905.388	1.712.937
Setor público Setor privado	22.411	928 46.531	761 30.845	761 29.831	2.314 84.584	4.746 180.471	27.961 1.473.244	37.471 1.867.917	20.238 1.692.699
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.425	45.812	22.795	21.738	134.109	155.103	1.778.672	2.169.654	1.850.173
Outros Créditos - Diversos (Nota 6)	704	114	84	84	251	496	3.791	5.524	5.561
Em 30 de junho de 2008	34.546	93.550	54.606	52.518	221.620	341.840	3.284.869	4.083.549	
Em 30 de junho de 2007	25.835	81.722	44.477	46.198	175.467	297.289	2.908.509	_	3.579.497

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(e) Movimentação da provisão da carteira de créditos

	2008	2007
Saldo inicial	152.534	181.415
Constituição	41.935	26.061
Reversão	(8.197)	(14.736)
Transferências para compensado	(12.443)	(33.406)
Saldo final	173.829	159.334

As reversões de provisões para crédito referem-se principalmente a renegociação, reescalonamento de créditos vencidos e não pagos, além da regularização de créditos vencidos por pagamento. Em 2007, no item reversão está incluído R\$ 44 referente a estorno de provisão de opções por incentivos fiscais.

As recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como receitas de recuperação de créditos no grupo de "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito" e totalizam R\$ 23.973 no semestre findo em 30 de junho de 2008 (2007 - R\$ 16.582).

0000

6 Outros créditos - diversos

	2008	2007
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	117.025	99.019
Devedores por depósitos em garantia	45.970	47.729
Devedores por compra de valores e bens (Nota 5 (a) e (b))	5.524	5.561
Pagamentos a ressarcir (c)	27.626	6.015
Adiantamentos e antecipações salariais	1.411	1.394
Impostos e contribuições a compensar	5.522	5.022
Pendências a regularizar (b)	11.139	17.046
Outros	320	306
Total	214.537	182.092
Realizável a longo prazo	131.795	126.501
Ativo circulante	82.742	55.591

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

(a) A Instituição constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas.

Créditos tributários diferidos

	2007	Constituição	Realização	2008
Passivos contingentes	25.475	6.927	(331)	32.071
Provisão para perdas com operações de crédito	43.587	44.575	(28.962)	59.200
Créditos baixados para prejuízo não dedutíveis	10.992	8.408	(6.959)	12.441
Provisão para assistência médica – Inativos	5.445	1.463	` (564)	6.344
Provisão para contribuições ao ISBRE	1.472	340	(1.812)	
Licença prêmio em aquisição	1.075	275	(123)	1.227
Participação nos lucros e resultados		998		998
Ajuste ao valor de mercado de TVM	495	837	(685)	647
Insuficiência de depreciação	1.378			1.378
Provisão para perdas com outros créditos Provisão para desvalorização de outros	290	298		588
valores e bens	1.772	458	(99)	2.131
Total	91.981	64.579	(39.535)	117.025

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº 9.964/00 e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Obrigações tributárias diferidas

	2007	Constituição	Realização	2008
Ajuste ao valor de mercado de TVM Renegociações REFIS/RECOOP	6.830 1.676	2.652 3.146	(3.383) (1.179)	6.099 3.643
Total	8.506	5.798	(4.562)	9.742

A coluna constituição dos créditos e obrigações tributárias inclui o impacto do aumento da alíquota de Contribuição Social, de 9% para 15%, conforme descrito na Nota 11.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no semestre, foi de R\$ 5.825 e R\$ 17.983, respectivamente (2007 - R\$ (114) e R\$ (33)). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do semestre e, no caso de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações tributárias foram classificados conforme previsão de realização, sendo os créditos no ativo circulante no montante de R\$ 36.626 (2007 - R\$ 25.662) e no realizável a longo prazo R\$ 80.400 (2007 - R\$ 73.357); e as obrigações no passivo circulante no montante de R\$ 5.805 (2007 - R\$ 3.271) e no exigível a longo prazo R\$ 3.937 (2007 - R\$ 3.210).

O montante dos créditos tributários líquido das obrigações, cuja expectativa de realização é em período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço em 30 de junho de 2008, é de R\$ 11.942 (2007 - R\$ 8.713).

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

Créditos tributários

						Do 6º ao	Após	
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	10º ano	10º ano	Total
Passivos contingentes	2.258	15.651	11.386	564	1.618	594		32.071
Provisão para perdas com								
operações de crédito	21.830	9.502	8.209	7.174	3.835	8.650	9.744	68.944
Créditos baixados para								
prejuízo não dedutíveis	9.079	3.349				13		12.441
Provisão para assistência								
médica - Inativos	1.035	924	818	724	639	2.204	1.968	8.312
Licença prêmio em aquisição	246	245	245	245	246			1.227
Participação nos lucros e								
resultados	998							998
Ajuste ao valor de mercado								
de TVM	647							647
Insuficiência de depreciação			1.378					1.378
Provisão para perdas com								
outros créditos	353	71	36	35	34	59		588
Provisão para desvalorização								
de outros valores e bens	180	1.951					106	2.237
Provisão para perdas em								
participações societárias							124	124
T	00.000	04 000	00.070	0.740	0.070	44.500	11.010	100.007
Total	36.626	31.693	22.072	8.742	6.372	11.520	11.942	128.967

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

Obrigações tributárias

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Do 6º ao 10º ano	Após 10º ano	Total
Ajuste ao valor de mercado de TVM Renegociações	5.143		956					6.099
REFIS/RECOOP	662	640	640	636	178	887		3.643
Total	5.805	640	1.596	636	178	887		9.742

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 101.080 (2007 - R\$ 84.529) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 8.591 (2007 – R\$ 5.770).

- (b) Do montante registrado em "Pendências a Regularizar", R\$ 9.872 referem-se a recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense PRODEC cujo intuito é fomentar a economia daquele Estado (Nota 8 (a)).
- (c) Do montante registrado em "Pagamentos a Ressarcir" no semestre findo em 30 de junho de 2008, R\$ 21.585 referem-se a descontos concedidos a mutuários em financiamentos rurais, conforme determinam as Resoluções 3.496 e 3.497 do BACEN. Tais recursos serão ressarcidos ao BRDE pelo BNDES.

7 Obrigações por repasses no país – Instituições oficiais

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimento mensal até o ano 2025, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros referenciados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescidos de juros adicionais entre 3% e 6% a.a., sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del-credere".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

8 Outras obrigações – diversas

	2008	2007
Provisão para passivos contingentes (Nota 9)	80.178	72.925
Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais	19.081	19.125
Valores de mutuários a regularizar (a)	20.268	5.900
Dotação para aumento de capital (b)	11.325	11.325
ISBRE – Contrato para cobertura de déficit técnico (Nota 12 (a))	7.970	7.527
Pagamentos a processar	742	568
Salários e benefícios a pagar	2.496	2.118
Pendências a regularizar	102	4.094
Provisão para assistência médica – Inativos (Nota 12 (b))	20.780	20.567
Provisão ISBRE – Contribuição Inativos (Nota 12 (a))		5.430
Obrigações por aquisição de bens e direitos (c)	8.566	8.238
Outras	110	110
Total	171.618	157.927
Exigível a longo prazo	127.705	124.977
Passivo circulante	43.913	32.950

- (a) O montante de R\$ 20.268, registrado em "Valores de Mutuários a Regularizar", refere-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.
- (b) Do montante registrado em "Dotação para Aumento de Capital", R\$ 9.872 referem-se a recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense PRODEC.
- (c) No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde encontra-se instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foi financiado para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a.. Em 30 de junho, o valor devido é de R\$ 8.553 (2007 R\$ 8.188).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

9 Contingências

O montante das contingências para qual o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2008	2007
Fiscais (IRRF/PASEP/ISS) Previdenciárias (INSS/ISBRE) Trabalhistas Cíveis (Honorários)	19.096 24.258 19.305 17.519	18.312 22.784 14.310 17.519
Total	80.178	72.925

Não existem ações cuja expectativa de perda foi avaliada como possível.

10 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente. Na incorporação, são utilizadas parcelas iguais de resultados e/ou contribuições, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

11 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	2008	2007
Resultado do semestre, antes da tributação	53.028	60.459
Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (9% e 15% a partir de maio/08)	(19.019)	(20.556)
Adições e exclusões Provisão para passivos contingentes Provisão para operações de crédito Créditos baixados como prejuízo Provisão para participação nos lucros Provisão para assistência médica Contribuição inativos Recuperações de crédito de optantes do REFIS Outros, líquidos	(1.990) (7.543) 330 (880) 100 1.689 1.695 (447)	(1.523) 7.537 (7.226) (720) (3.454) 2.498 (146) 745
Incentivos fiscais	26	26
IRPJ e CSLL correntes	(26.039)	(22.819)
IRPJ e CSLL diferidos ativos	24.892	4.573
IRPJ e CSLL diferidos passivos	(1.967)	146
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(3.114)	(18.100)

Do total de R\$ 22.925 referente ao IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados no resultado do semestre, R\$ 16.704 referem-se a alteração de 9% para 15% na alíquota da CSLL, devido a publicação da Lei nº 11.727/08.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

12 Benefícios Pós-Emprego

Em atendimento à Deliberação n.º 371 da CVM, as informações referentes aos planos de benefícios a empregados, patrocinados pelo BRDE, são as seguintes:

(a) Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários: o Plano de Benefícios I, estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo regime atuarial de determinação do custo e das contribuições é o de capitalização ortodoxa, avaliado por atuário independente; e o Plano de Benefícios II, implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados a partir do montante capitalizado das contribuições de igual monta do BRDE e dos participantes.

O BRDE firmou, em 11 de dezembro de 2000, Contrato para Cobertura Parcial do Déficit Técnico, com o objetivo de ajustar o Plano de Benefícios I do ISBRE ao nível de seus ativos, em atendimento ao estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 20. Tal contrato, no valor de R\$ 5.280, na data da assinatura, estipula o pagamento dessa quantia em 240 parcelas mensais, atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M acrescidas de juros de 6% a.a.. Em 30 de junho de 2008, o saldo a pagar totalizava R\$ 7.970 (2007 – R\$ 7.527) e está registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas".

Foi efetuado, por Atuário Independente, em junho de 2008, o cálculo do passivo do BRDE relativo à contribuição ao ISBRE, do Plano de Benefícios I, conforme segue:

	2008	2007
Valor presente da obrigação atuarial Valor justo dos ativos do plano	417.119 (402.528)	376.461 (371.031)
Obrigações descobertas Perdas atuariais não reconhecidas	14.591 (24.576)	5.430
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(9.985)	5.430

Conforme previsão contida na Deliberação nº 371 da CVM, o BRDE não reconhece o valor referente ao ativo atuarial apurado. O valor do passivo, em 2007, encontrava-se registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas"

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007

Em milhares de reais

A despesa prevista do BRDE para os próximos 12 meses é a demonstrada no seguinte quadro:

	2008	2007
 (+) Custo do serviço corrente (+) Custo dos juros (-) Rendimento esperado dos ativos (-) Contribuições dos empregados 	2.337 43.268 (47.363) (5.021)	3.479 40.545 (49.496) (2.742)
(=) Despesa/(Receita) do empregador para os próximos 12 meses	(6.779)	(8.214)

As principais premissas utilizadas na atual avaliação atuarial são:

Taxa de desconto atuarial – taxa real	6,00% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal	10,77% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real	7,25% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal	12,08% ao ano
Taxa de crescimento salarial futuro	Projetado pelo ISBRE
Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal	4,50% ao ano
Inflação projetada	4,50% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Tábua de mortalidade geral	AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85
Tábua de mortalidade em invalidez	ÁLVARO VINDAS
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade
Composição familiar	Hx BRDE 2004 – AT2000
Tempo de contribuição à previdência social	Não aplicado

(b) Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, em junho de 2008, o cálculo do passivo do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações — Diversas", conforme o seguinte demonstrativo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007

S

	2008	2007
Valor presente da obrigação atuarial Valor justo dos ativos do plano	20.985	20.567
Obrigações descobertas Perdas atuariais não reconhecidas	20.985 (205)	20.567
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	20.780	20.567

Em 2007, houve ajuste nos critérios de reconhecimento da provisão para a cobertura desse benefício, que resultou em uma despesa de R\$ 10.277 registrada no resultado do 1º semestre daquele ano.

A despesa prevista do BRDE para os próximos 12 meses é a demonstrada no seguinte quadro:

	2008	2007
(+) Custo do serviço corrente(+) Custo dos juros	320 2.374	371 2.468
(=) Despesa/(Receita) do empregador para os próximos 12 meses	2.694	2.839

As principais premissas utilizadas na atual avaliação atuarial são:

As principais premissas utilizadas na att	ıai avallaçao aluallai sao.
Taxa de desconto atuarial – taxa real	7,22% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nomina	al 12,04% ao ano
Inflação projetada	4,50% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Tábua de mortalidade geral	AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85
Tábua de mortalidade em invalidez	ÁLVARO VINDAS
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade
Composição familiar	Hx BRDE 2004 – AT2000
Tempo de contribuição à previdência so	cial Não aplicado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

13 Outras informações

- (a) Avais e fianças prestados, mediante prestação de contra-garantias pelos beneficiários, montam a R\$ 3.400 (2007 R\$ 50.874).
- **(b)** Estão caucionados a processos judiciais, títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 96.077 (2007 R\$ 66.188).
- (c) As despesas com os honorários dos administradores no semestre findo em 30 de junho de 2008 montaram a R\$ 839 (2007 R\$ 1.066).
- (d) Em 30 de junho de 2008, o BRDE mantém registrado no ativo realizável a longo prazo como "Créditos específicos" o montante de R\$ 27.084 (2007 R\$ 23.386), relativo a créditos perante a Secretaria do Tesouro Nacional STN em decorrência da equalização de taxas de juros de operações de crédito rural, repassadas com recursos de instituições oficiais, que deverá ser pago pela STN em conformidade com o cronograma de vencimento da carteira de operações de crédito securitizadas.
- (e) O BRDE mantém seguros sobre seus bens patrimoniais bem como sobre os bens oferecidos em garantia nas suas operações de crédito.

14 Alteração da Legislação Societária Brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação à matéria contábil. Este normativo entrou em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008. O objetivo dessa lei foi atualizar a lei societária brasileira no processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com às das normas internacionais de contabilidade.

As principais modificações são as seguintes:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa:
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Criação do novo subgrupo de conta intangível no ativo permanente;
- Supressão da rubrica de Lucros Acumulados no patrimônio líquido;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 Em milhares de reais

• Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;

A Administração estima em sua avaliação inicial que as alterações acima não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2008, todavia, no momento e nestas circunstâncias, não é possível prever com segurança os efeitos da adoção plena da nova lei.

15 Instrumentos financeiros

O BRDE não utilizou, durante o semestre, instrumentos financeiros derivativos.

* * *

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Controladores do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Porto Alegre - RS

- 1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul BRDE, levantados em 30 de junho de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul BRDE em 30 de junho de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº. 11.638/07.

Deloitte Touche Tohmatsu

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por eles reguladas. Dessa forma, nessa fase de transição, o Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado nº. 16.669, de 20 de março de 2008, permitiu a não-aplicação das disposições da Lei nº. 11.638/07 na preparação, em 2008, das demonstrações financeiras intermediárias. Assim, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do Banco Central do Brasil e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº. 11.638/07.

Porto Alegre, 01 de agosto de 2008.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC n°. 2SP 011.609/O-8/F/RS Fernando Carrasco Contador CRC nº. 1SP 157.760/T/RS

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

• DIRETOR-PRESIDENTE: > RENATO DE MELLO VIANNA

- VICE-PRESIDENTE, DIRETOR DE ➤ MARIO BERND NETO PLANEJAMENTO E DIRETOR DE OPERAÇÕES:
- DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E ➤ JOSÉ MORAES NETO DIRETOR ADMINISTRATIVO:

• DIRETOR FINANCEIRO: > CASILDO JOÃO MALDANER

FÁBIO AUGUSTO SPRINGER Contador Geral-CRCRS-62.377/O-2 CPF – 701.354.010-20